

# terramaia

#3  
infomail



M1111

pt



Terramaia #3

Publicação semestral do Município da Maia  
Edifício dos Paços do Concelho  
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho  
Maia

Propriedade  
Município da Maia  
revistaterramaia@cm-maia.pt

Edição  
Pelouro de Planeamento Territorial,  
Mobilidade e Transportes e Pelouro da  
Cultura

Diretor  
Mário Nuno Neves

Editor e Responsável Científico  
José Carlos Portugal

Coordenação Editorial  
Sofia Barreiros

Produção  
SCOPPIO EDITIONS  
O

Consultor Editorial  
Pedro Leão Neto

Design  
Né Santelmo

Impressão  
Norprint

março 2021

ISSN 2184-6448  
ISBN 978-972-8315-64-1  
Dep. Legal - 465190/19  
Tiragem  
60.000 exemplares

(Legal) - Todos os direitos reservados. Nenhuma parte  
desta publicação pode ser reproduzida, copiada ou  
transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio ou  
armazenada em qualquer sistema de armazenamento ou  
recuperação de informações sem a permissão por escrito do  
editor. Todas as fotografias apresentadas neste livro são ©  
dos fotógrafos.

Os textos estão publicados respeitando as regras  
ortográficas adotadas por cada autor.



**Autores - Fotografia**  
Duarte Belo  
pp. 2, 6, 10, 13, 14, 16, 18, 22, 27

José Lopes  
p. 21

Rita Azevedo  
p 28

Rita França  
p 22

**Autores - Textos**  
Frederico Moura e Sá  
João Ferrão  
José António Lameiras  
José Carlos Mota  
José Carlos Portugal  
Mário Nuno Neves  
Rui Teles de Menezes

**Capa**  
Copyright © Duarte Belo

**Contracapa**  
*Caderno de Barcelona MMXIV*xii  
José Carlos Portugal

Nota de Abertura

O trabalho é um valor civilizacional

António Domingos da Silva Tiago

1

Editorial

Estar sentado num banco de jardim é trabalho?

José Carlos Portugal

3

Ordenamento do Território

Para um Ordenamento do Território de Esperança

João Ferrão

7

Território Edificado e Não Edificado

José António Lameiras

11

Mobilidade

Urbanização, Mobilidade, Descarbonização e... Portugal de volta à bicicleta!?

Frederico Moura e Sá

17

Participação Pública

A cidade pós-Covid e o impacto da pandemia na relação casa-trabalho

José Carlos Mota

23

Cultura

Arbeit befreit dich nicht

Mário Nuno Neves

29

História

O desenvolvimento da Maia à luz do trabalho no final do séc. XIX e fomento público até finais dos anos 60 do séc. XX

Rui Teles de Menezes

33

Terapia Territorial Regenerativa

José Carlos Portugal

37

O trabalho é um valor civilizacional

Esta edição da revista Terra Maia versa sobre um tema que me é particularmente caro.

Ao refletirmos um pouco sobre a nossa história local, creio que facilmente chegamos à conclusão de que o trabalho, nas múltiplas formas como se foi organizando na Maia ao longo dos tempos, influenciou a paisagem, quer na sua dimensão natural e rústica como urbana, mas também a Arquitetura que se projetou e edificou no território, impactando a condição social e económica das nossas gentes e determinando a qualidade dos seus modos de vida.

Olhando a realidade humana e social que somos hoje, vemos comprovada a afirmação de que o trabalho é um fator gerador de riqueza, mas é simultaneamente um referencial de identidade coletiva e uma ação potenciadora da dignidade e integração social da pessoa humana.

Olhar a Maia que somos, o território em que coletivamente interagimos, fazendo-o com pensamento crítico e na perspetiva do valor ético e civilizacional do trabalho, é um exercício que certamente nos revela muito do que somos enquanto comunidade concelhia.

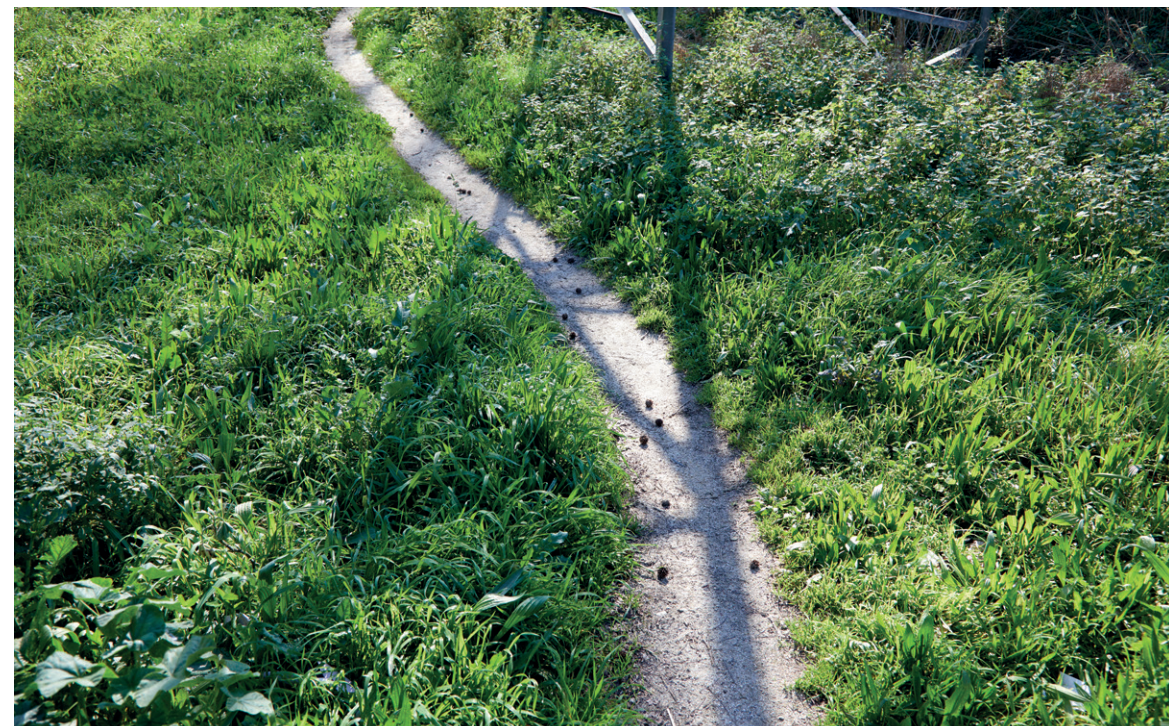
A evolução da Terra da Maia desde os primórdios do século passado até aos nossos dias ficou marcada, nas últimas quatro décadas, por uma aceleração do seu desenvolvimento económico, com novas formas de trabalho que vieram acrescentar às antigas profissões do mundo rural outras atividades que a Maia industrial e dos serviços veio propor à comunidade e à região metropolitana.

Agradeço a todos os ilustres autores que aqui deram à estampa extraordinários textos que são fruto da sua douda sabedoria, mas que são igualmente testemunho da sua generosidade e apreço pela Terra Maia.

Esta publicação, pelo cuidado que o seu coordenador editorial coloca na seleção dos conteúdos, mas principalmente pela profundidade de tudo quanto aqui está plasmado, é, a meu ver, um documento dotado de valor cultural, no que o conceito de cultura encerra enquanto sistema de valores, crenças, usos, costumes, tradições e formas de ver, ser e estar no Mundo, ingredientes culturais que necessariamente influenciam o trabalho e as suas formas de organização em cada território.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia  
António Domingos da Silva Tiago





# Editorial

p.2

## Estar sentado num banco de jardim é trabalho?

"I suppose I have a really loose interpretation of 'work,' because I think that just being alive is so much work at something you don't always want to do." \*

*The Philosophy of Andy Warhol (From A to B and Back Again), 1975*

A resposta mais imediata é: sim, sentir, observar e pensar, na "geografia urbanita", dá trabalho. Sucedendo à sombra de uma árvore vetusta, havendo esculturas, água, pássaros e alguma música fortuita, é um trabalho agradável. Não havendo nada disso, é um trabalho árduo, sofrido.

Ter um emprego no qual se trabalhava significava, para a esmagadora maioria dos cidadãos, viver um quotidiano em atmosferas diferenciadas – casa e trabalho – despendendo na deslocação entre elas cerca de um quinto do tempo de vida activa – considerando os últimos sensos, representa mais do que dezasseis anos. O lazer era o tempo das sobras e o consumo, o prémio. A pandemia de SARS-CoV-2 abalou abruptamente o torpor civilizacional que o século XX tinha proposto, com sucesso generalizado, aliás. Todavia, parece cada vez mais claro (e, aparentemente também, cada vez mais consciente) que a emergência de que se revestem grande parte dos problemas/desafios que nos confrontam resulta apenas do facto de termos levado longe demais uma mundivisão perversamente insustentável. Os problemas/desafios estavam presentes, os sinais estavam evidentes uns, latentes outros, mas todos emaranhados entre si. Para motejar terminologia actual, estavam "positivos assintomáticos".

Reagir a crises significa, desde logo, ser capaz de enfrentar a ameaça com eficácia. Crescer a partir de crises significa conseguir manter a lucidez e serenidade para, debelada a ameaça, regenerar a partir das causas e não apenas dos efeitos da crise. Sentados num banco de jardim, com esta TM#03, poderemos trabalhar pensando nos caminhos assertivos para essa regeneração.

João Ferrão, Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades no XVII Governo Constitucional de Portugal e actual coordenador da Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ([www.odslocal.pt](http://www.odslocal.pt)) releva, no seu excelente texto, esse caminho assertivo da serenidade para achar os equilíbrios, inerentes a todas as dicotomias, procurando a lucidez de nunca tomar "a árvore pela floresta"; ponderar, absorver e maximizar as vantagens de aprendizagem do "laboratório vivo" em que a COVID-19 nos instalou. Vinculando "desejável" e "exequível" na visão de futuro, convoca a "diversidade" e os propósitos de partilha e cooperação como basilares para um ordenamento do território "democrático e de esperança".

Muitas das assimetrias (e iniquidades) sociais encontram expressão na forma como pensámos e planeámos o território até ao limiar deste século XXI. José António Lameiras, urbanista e coordenador da equipa externa de revisão do Plano Diretor Municipal da Maia – PDMM (em fase de conclusão) – oferece-nos uma límpida explicação de como o factor "valor do solo" condicionou fortemente os equilíbrios essenciais que diferenciam a mera urbanização do ordenamento do território. E, com toda a clareza, eleva a natureza de serviço público ambiental do solo rústico, excluído quase totalmente das categorias de valor venal ao longo de décadas de "urbanização imobiliária". Em territórios peri-urbanos como a Maia, essa proscrição

\* Tradução livre do autor: "Suponho que tenho uma interpretação de 'trabalho' bastante aberta, porque penso que estar vivo, em si, já significa trabalhar muito em algo que nem sempre queremos fazer".



dos solos agrícolas matriciais dos sistemas de descritores urbanísticos teve, e tem, custos transversais difíceis de reverter. Não sendo irreversível, urge a determinação em planear e governar o território com uma visão holística sobre o “suporte de vida” como uma fileira de contínuos cujas fissuras e brechas a presente pandemia expôs com maior evidência.

Muitos são os debates em curso sobre os efeitos que o abalo da pandemia de SARS-CoV-2 provoca na visão que tínhamos sobre ordenamento do território, mas sobretudo sobre a forma como “praticávamos a Cidade”, na asserção da conhecida trindade “*Urbis, Civitas e Polis*”. Não raramente, esses debates impulsionam um certo tipo de radicalismo (mais reactivo do que pró-activo), fruto de uma espécie de pânico conceptual em razão da complexidade de que se revestem esses efeitos da crise pandémica – há dados de muito diversa índole, gerados nas mais diversas realidades geográficas e sociais, que tornam a interpretação totalizadora muito difícil, senão inalcançável. José Carlos Mota, Professor da UA e coordenador da equipa externa que conduziu o processo de Participação Pública da revisão do PDMM, faz-nos uma excelente síntese de dados estatísticos seleccionados a partir da qual podemos ter uma visão geral do impacto da pandemia nos aspectos do quotidiano, outrossim na exacerbação das assimetrias sociais pré-existentes. Proporciona-nos ainda uma curta mas sugestiva visita de estudo por algumas das tendências mais referenciadas neste “fórum global pós-COVID”, muitas delas sendo passíveis de execução imediata através de pequenas acções locais no âmbito do chamado “Urbanismo Tático”, das quais emerge significativamente um denominador comum que, na verdade, é uma velha nuvem existencial a regenerar – gregarismo, vizinhança, partilha, solidariedade, cidadania.

Mário Nuno Neves, Vereador da Câmara Municipal da Maia com (entre outros) os pelouros da Cultura e do Planeamento Territorial, apresenta-nos um magnífico pequeno texto sobre o étimo “Trabalho”, seu significado, conceito e natureza civilizacional. Com uma lucidez desconcertante, compele-nos a uma reflexão (diria, introspecção) radical (diria, impiedosa) sobre a convivência que praticamos com a noção de trabalho e a forma como incorporamos, muitas vezes acriticamente, todas as suas mutações. Há um positivismo quimérico (atávico), emerso, na mundivisão contemporânea, que o modernismo deixou em aberto e o pós-modernismo destratou. O texto sinaliza uma urgente convocação à coragem do exercício da capacidade crítica, da mediação ponderada, do direito-dever de questionar, da autonomia cidadã, enfim.

O(s) caminho(s) de regeneração que, enquanto civilização(ões), tomaremos no próximo futuro estão, por ora, envoltos em complexos jogos de espelhos e/ou sombras. Não temos como antecipar. Todavia, o facto de esta crise pandémica ser longa, extenuante e com efeitos impactantes duradouros (isso podemos antever), significa que podemos ir construindo hipóteses de adaptação e transição no domínio das opções individuais. Atitudes e comportamentos que não dependem do “directório institucional” (se lhe antecipem ou mesmo, no limite, se lhe oponham) podem e devem ir sendo incorporados nessa mundivisão regenerada. Os hábitos quotidianos (muitos tornados vícios, com o tempo) dependem apenas da determinação de cada um em alinhar-se com um modelo de práticas mais sustentáveis e, assim, mais viáveis no plano comunitário. Na mobilidade, por exemplo, os urbanitas dispõem de um conjunto de possibilidades que apenas aguardavam escalar em dimensão de procura. Frederico Moura e Sá, urbanista, arquitecto e engenheiro que tem dedicado grande parte do seu trabalho de investigação à mobilidade urbana (latu senso), expõe de forma muito pedagógica as razões e soluções (e algumas contradições) neste descritor específico da realidade urbana – uma parte substantiva do sucesso da transição virá a depender das escolhas e decisões individuais.

Rui Teles de Menezes, historiador, oferece-nos uma das passagens mais mordazes deste número da TM. Quase no início do seu brilhante texto – que todos os maiatos devem ler e guardar – revela-nos um dado do “Inquérito Industrial de 1890”. Esse excerto do seu texto reza assim: “Desse documento, podemos verificar para o concelho da Maia 189 estabelecimentos nomeados como “oficinas ou casas de trabalho”. Poderíamos dizer que, no contexto actual, “oficinas e casas de trabalho” são bastantes milhares mais... O texto, além da qualidade própria, tem a virtualidade de nos confrontar com o retrato impressivo de um território e uma comunidade simultaneamente chagados mas resilientes e, perante uma era de transformação anunciada, tendo ainda latentes mas viáveis muitas possibilidades (reais e locais) de regeneração. Ocorre-me Friedrich Nietzsche, que escreveu algo do género: “quando me apresentam uma grande novidade e vejo nela algo de antigo, fico mais sossegado”.

Em Ordenamento do Território, quando se erra, há poucas atenuantes relevantes. Tal como no jogo do Xadrez, quando se perde tendo começado com um movimento de “defesa”. Erra-se apesar do muito esforço investido na antecipação assertiva, porque a necessidade, na maioria das circunstâncias, é de “mediar remediando”. Assim, e na verdade, não se ordena – arruma-se a parafernália, limpam-se algumas poeiras por entre o que está e é, e procura aprender-se a ser-se mais sensato no que se acrescenta. Ciclicamente há, contudo, circunstâncias que rompem a “instável calma habitual”. A reacção à pandemia de SARS-CoV-2, sendo apenas o primeiro movimento de uma “defesa siciliana” e jogando nós (a Humanidade) com as peças brancas há demasiado tempo, tudo indica que nos tenhamos exposto demasiado. E sim, tudo indica que um “modelo-de-vida” que se quis a vanglória da fotografia no limite da falésia acabou por resvalar. Em pleno trambolhão, sem bem ainda percebermos quando acabará a queda, apenas intuimos que haverá por entre os sobreviventes, uma vez mais, uns mais aleijados do que outros.

Se na TM#02 adverti para que “nada surpreenderá, contudo, que todos os autores demonstrem um certo nível de carga viral”, nesta TM#03 seria inexorável que a pandemia acabasse no centro das reflexões dos autores, desde logo porque o conjunto dos textos foi produzido em pleno crescimento do seu impacto no nosso País. Como vai escrito, uma das primeiras condições para se sair mais forte de uma crise é a coragem de afrontá-la sem desvalorizações perniciosas; a segunda é a sensatez inteligente de perscrutar os raios de luz, por mais minguados que pareçam; a terceira é a capacidade de ponderar serenamente os equilíbrios exequíveis; a quarta é construir as plataformas colaborativas (solidárias e cidadãs) de mobilização em torno dos objectivos estruturantes (e regeneradores).

A Humanidade prevalecerá, como desde há mais de três centenas e meia de milhares de anos. Desta vez, tem um desafio, sim, vital: os efeitos acumulados no Planeta-Suporte-da-Vida, decorrentes do seu desempenho enquanto espécie dominante – a Insustentabilidade!

A pandemia de SARS-CoV-2 é apenas uma manifestação patológica de um estado doentio letárgico. O “iceberg”, ele próprio em liquefacção, tem como outra manifestação (esta maior e mais impactante) o fenómeno galopante das Alterações Climáticas. E, por mais chocantemente paradoxal que pareça, depende de cada um de nós, dia-a-dia, a cada novo dia.

Por todas essas razões, sim, confirmo que, deste ponto de vista, estar sentado num banco de jardim também é trabalho.

José Carlos Portugal  
Arquitecto, Consultor do Município da Maia





Entrada da Maia  
pela via norte

# Ordenamento do Território

p.6

## Para um Ordenamento do Território de Esperança

As dicotomias sobre o futuro ajudam-nos a refletir e obrigam-nos a tomar partido. Mas muitas vezes as alternativas colocadas não correspondem a verdadeiras bifurcações, a opções que se excluam entre si de forma radical. Por outro lado, se avaliarmos essas dicotomias apenas com base nos nossos desejos, é quase inevitável sermos transportados para utopias irrealizáveis. Pelo contrário, se as encararmos numa ótica de previsão, de prolongamento mais ou menos linear do presente, rapidamente nos tornamos reféns de um qualquer determinismo com raízes no passado.

Trabalhar ou ter emprego – a dicotomia proposta para este número temático – apenas em parte se opõem. Além disso, uma visão prospetiva sobre essa (falsa) dicotomia deverá ponderar voluntarismo e plausibilidade a partir de uma ideia de futuro que seja em simultâneo desejável e exequível. O futuro não se constrói sobre uma folha em branco. Mas essa folha também não está de tal modo preenchida e formatada que nos impeça de a redesenhar de forma substancial. É verdade que não existe a possibilidade de criar um novo mundo *ex nihilo*. Mas temos a responsabilidade ética e moral de melhorar o mundo atual, tornando-o mais justo e sustentável. E isso só é possível se começarmos por entender o contexto em que vivemos.

Sofremos, em pouco mais de uma década, dois choques sistémicos praticamente consecutivos: a crise financeira e das dívidas soberanas iniciada nos EUA em 2007/8 e a atual crise sanitária, desencadeada, tanto quanto se sabe, a partir de Wuhan (China) no final do ano de 2019. Ainda que em moldes diferentes, ambas as crises tiveram impactos sociais e económicos, mas também culturais e organizacionais, muito relevantes. Esses dois choques sistémicos integram-se, aliás, num conjunto mais amplo, diversificado e em expansão de riscos globais, como as alterações climáticas, o terrorismo ou os ciberataques. A consciência crescente desses riscos, e ainda o que aprendemos com os impactos que as diversas crises têm tido no quotidiano de indivíduos, famílias, organizações e comunidades, são ingredientes essenciais para pensarmos vários futuros: os que queremos evitar, porque indesejáveis; os que teremos de saber gerir, porque inevitáveis; e os que pretendemos construir, porque desejáveis. É tendo em conta esta tríade de futuros que a dicotomia ‘trabalhar ou ter emprego’ deve ser questionada, no caso deste texto, a partir das suas relações com o ordenamento do território.

O mundo do trabalho e a geografia dos fluxos físicos de pessoas e bens a ele associados estão em permanente mutação. Os dois choques sistémicos acima referidos, e, sobretudo, a presente crise pandémica, mais do que introduzir formas completamente novas e disruptivas em relação aos padrões prevaletentes, aceleraram tendências ou preocupações que já existiam, mas que tinham uma expressão ainda reduzida. O teletrabalho, as compras *online* ou a entrega ao domicílio, três aspetos que beneficiaram de um grande impulso desde o início da atual pandemia, não são uma novidade para os portugueses. Mas o reforço recente destas e de outras tendências sugere inevitavelmente o tipo de dúvidas que ocorre de forma recorrente em todos os períodos de crise: as alterações espoletadas neste contexto serão passageiras?; e, caso não o sejam, alcançarão uma expressão tal que a quantidade se transforma em qualidade, isto é, serão suficientemente relevantes para conseguir consolidar novos paradigmas, neste caso, de trabalho, planeamento e desenvolvimento territorial?



Os grandes desafios que, com a crise pandémica, sentimos agora de forma mais viva estavam já identificados: automação da produção industrial, aplicação generalizada das tecnologias digitais, trabalho remoto nas atividades de serviços, comércio eletrónico, circuitos curtos de distribuição, localização dos espaços de armazenagem junto dos grandes centros urbanos de consumo em detrimento das áreas de produção, micrologística urbana, espaços multifuncionais de trabalho, formas partilhadas e modos suaves de mobilidade, plataformas de "big data", gestão em tempo real de informação sobre trânsito ou transportes públicos, etc. Estas tendências desenvolveram-se como resposta a problemas ou objetivos muito diversificados e, não raro, até contraditórios entre si: produtividade, competitividade, eficiência, descarbonização, sustentabilidade. Exigem novas competências, promovem o desenvolvimento de novas atividades, estimulam novos padrões de mobilidade e de localização, impulsionam novas vias de desenvolvimento territorial. Consideradas individualmente, essas tendências representam melhorias na ótica de quem as desenvolve ou aplica. Porém, avaliadas em conjunto, elas configuram um novo paradigma de produção, distribuição e consumo, um novo mapa relacional de pessoas e organizações, uma nova visão de território e de como este deve ser pensado, planeado e gerido estrategicamente.



Tecmaia

Retomemos, então, as duas dicotomias inicialmente identificadas: trabalhar ou ter emprego; imaginar ou prever – a primeira, tradicionalmente mais centrada no mundo do trabalho e da economia; a segunda, remetida em geral para o domínio mais ou menos etéreo dos estudos de prospetiva. Formuladas desta maneira e analisadas em conjunto, essas dicotomias parecem opor a ambição de afirmar um 'novo' mundo do trabalho pensado a partir da imaginação de um cenário desejável à 'velha' – e saudosa? – segurança decorrente de um emprego estável e de um futuro previsível. De facto, já não é só a tradição que deixou de ser o que era. O mesmo sucedeu ao futuro tantas vezes anunciado.

A natureza sistémica da crise financeira da década de 2010 e da crise sanitária dos anos 2020 relembra-nos que o que está em causa não são problemas setoriais, ainda que muito graves – desregulação financeira, no primeiro caso; zoonoses não controladas, no segundo –, mas sim um modelo societal de relacionamento dos seres humanos entre si, e destes com os não-humanos e com o planeta em geral. Talvez o capitalismo financeiro global tenha atingido uma fase demasiado contraditória e predadora para poder prosseguir o caminho que estava a ser trilhado. Nada de novo em termos históricos. Todos os períodos civilizacionais se esgotaram, sendo substituídos por outros baseados em novos valores, novos protagonistas e novas atividades. Mas quando estamos perante riscos existenciais, isto é, que colocam em causa formas de vida tal como as conhecemos hoje, a nossa responsabilidade é substancialmente maior: não se trata apenas de melhorar o que existe – o que já de si não é tarefa fácil; trata-se de, coletivamente, vislumbrarmos um novo futuro desejável e exequível, identificarmos caminhos de transição em direção a esse futuro, e garantirmos uma governança democrática, eficiente e justa dos processos de transição.

Assim sendo, a questão que se coloca é a seguinte: até que ponto e em que condições deve um futuro desejável e exequível para um dado território (área de baixa densidade, cidade, município, região) retirar partido das várias tendências acima descritas? A automação industrial aumenta a produtividade e a competitividade, mas desacelera a criação de novos empregos e destrói parte dos existentes; o teletrabalho diminui os movimentos pendulares e a emissão de gases de estufa, mas pode impor condições de trabalho mais duras; os circuitos curtos de abastecimento alimentar garantem o acesso a produtos frescos e locais, mas implicam um leque mais limitado de escolhas por parte dos consumidores; os sistemas inteligentes de gestão urbana introduzem uma maior eficiência no uso da cidade, mas podem facilmente ganhar contornos intrusivos do ponto de vista da privacidade dos cidadãos; a 'cidade de proximidade' permite o acesso a pé ou de bicicleta a bens e serviços básicos e a espaços de lazer, mas pode estimular a formação de culturas identitárias localistas, excludentes dos outros. Ou seja, as tendências referidas não são boas ou más em si, mas adequadas ou inadequadas em função das finalidades a que são associadas.





Relação equilibrada entre "massa construída" e "chão para usufruto livre" - Urbanização em Moreira da Maia

A atual crise sanitária revelou com enorme clareza as principais vulnerabilidades existentes em domínios tão diferentes como as condições de habitação ou os serviços de saúde. Revelou ainda potenciais por explorar (usos do espaço público, urbanismo tático), bem como velhas e novas necessidades por colmatar (equipamentos de apoio social, infraestruturas digitais, micrologística). Trouxe de volta para o debate público e técnico conceitos, agora refrescados, como 'unidades de vizinhança' e 'coexistência cidade-natureza'. E veio mostrar que, em muitos casos, as áreas planeadas, tanto de classe média como populares, foram as mais capazes de responder aos efeitos de um contexto de forte restrição à circulação de pessoas imposto por razões de segurança sanitária.

Nestas condições, os territórios, com a diversidade que os caracteriza, transformaram-se em verdadeiros laboratórios vivos, onde foi possível acompanhar o modo como as comunidades foram afetadas, reagiram e se adaptaram a um choque externo particularmente agressivo, imprevisível e abrangente nas suas consequências. Ora, os laboratórios servem para observar, investigar, aprender e experimentar. Ultrapassada a fase de respostas urgentes a situações de emergência, o foco do trabalho de laboratório é encontrar respostas já não para exigências imediatas ditadas pelas circunstâncias, mas para as perguntas que nós próprios colocamos. E quanto mais certas elas forem, mais valiosas serão, por certo, as respostas produzidas.

No caso destes extraordinários laboratórios a céu aberto que são os territórios – qualquer território –, as perguntas provêm de muitas fontes e ecoam diversas vozes. Precisamos de as escutar, de as trazer para o debate, porque a construção de um futuro desejado e exequível não é obra de génios, iluminados e heróis, mas sim o produto de uma vontade coletiva. A construção de um futuro desejável e exequível para um território vivido e partilhado é uma das causas comuns com maior capacidade de estabelecer pontes entre a inevitável – e desejável - diversidade de prioridades e aspirações existentes em qualquer comunidade. É por aqui que um ordenamento do território democrático e de esperança deve começar.

João Ferrão

Geógrafo, Investigador

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

## Território Edificado e Não Edificado

### Da equidade no território

Por definição, o território edificado é característico do solo urbano, enquanto o não edificado é o solo rural, que a nova terminologia, consagrada pela recente legislação, designa de rústico.

Território edificado e não edificado significam também, ou antes, traduzem-se, para muitos, numa imensa diferença de valor do solo: o edificado tem o valor em função da edificabilidade existente ou que lhe é atribuída pelo plano territorial (PDM, plano de urbanização ou plano de pormenor); e o não edificado tem o valor da sua exploração primária, que, com exceção da exploração de recursos geológicos ou energéticos, é tido como imensamente menor que o do território edificado.

E é este princípio que esteve até há bem pouco tempo (e para muitos ainda está) subjacente à ambição da maioria dos proprietários ou promotores imobiliários: que o seu terreno seja urbano e tenha a maior capacidade de construção possível – como se a quantidade fosse a melhor e única forma de valorizar o seu prédio. Porque é isso que interessa: aumentar o valor do seu prédio (aqui entendido como terreno) pela quantidade de metros quadrados de construção que nele se pode fazer. A cidade ou o aglomerado não têm lugar neste querer, representam apenas o local do negócio.

E o solo rústico tem um valor desprezável nesta equação, como se os terrenos agrícolas, florestal ou natural nada valessem, porque o que neles é possível produzir tem um valor de mercado residual quando comparado com o valor de um terreno urbano.

Tem sido este princípio, o da primazia do solo urbano e da quantidade edificatória em detrimento da qualidade, que "regula a construção" dos nossos territórios e das nossas cidades: cada metro quadrado de terreno urbano vale muitos metros quadrados de construção, não havendo lugar a desperdício para outras ocupações que não sejam edifícios. E, como tal, quem tem terrenos em solo rústico ambiciona que sejam urbanos.

Por força deste "ideal", temos hoje solo urbano em muito maior quantidade do que aquele que efetivamente é necessário – diz-se que cerca de nove vezes mais do imprescindível para albergar as atividades urbanas. E não é esta quantidade excessiva de solo urbano – ou, mais propriamente, solo urbanizável, pois é este que excede o já ocupado – face à procura que contribui para que o seu valor diminua. Antes pelo contrário, ele vai gradualmente subindo, atingindo mais de 30% do valor final da habitação. E se pensarmos que esta mais-valia atribuída pelo plano a um dado prédio que este classifica como urbano resulta de um mero ato administrativo, sem que haja, da parte do proprietário, qualquer investimento, mais estranho nos parece este exagero da dimensão do solo urbano/urbanizável.

Podemos, então, sintetizar a situação da seguinte forma:

- Valor do solo urbano muito superior ao do solo rústico, que tem um valor residual;
- Dimensão do solo urbano, e particularmente do solo urbanizável, muito superior ao necessário;
- Mais-valia do solo urbanizável atribuída pelo plano sem correspondência em investimento do proprietário;
- Prática de privilegiar a quantidade de edificação em detrimento da qualidade da intervenção, na procura do maior lucro possível.

A par destas constatações, há uma outra que interessa considerar, pela enorme importância de que se reveste no equilíbrio urbano-rural: o solo rústico e as atividades que nele se processam e que o valorizam enquanto espaço imprescindível à sustentabilidade do solo urbano não são compensados pelo valor que incrementam no solo urbano. Referimo-nos concretamente à prestação dos serviços de ecossistemas,



entendidos como os benefícios económicos, sociais e culturais que são promovidos pelo solo rústico, sobretudo pela conservação, reabilitação e manutenção dos ecossistemas. A produção de alimentos que a natureza nos oferece, a purificação da água e do ar, o sequestro de carbono, a biodiversidade, o controlo biológico de pragas e doenças, o potencial recreativo, o enquadramento paisagístico dos aglomerados, a melhoria da saúde física e mental, são exemplos de benefícios dos serviços de ecossistemas que devem ser compensados pelo ónus que têm de suportar para que possam prestar esses benefícios.

É neste contexto, aqui sumariamente apresentado, que a recente – mas já com mais de 5 anos – legislação urbanística atribui ao solo um valor social, determina a eliminação do solo urbanizável, reforça a equidade na distribuição de benefícios e encargos decorrentes da aplicação dos programas e planos territoriais e dos instrumentos de política urbanística, cria a possibilidade de redistribuição das mais-valias atribuídas pelo plano territorial, e, para que tudo isto tenha efetiva consequência, institui o Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística (FMSAU), com as funções, entre outras, de promover a reabilitação urbana como alternativa à nova construção e de promover a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação dos serviços ambientais.

A questão da equidade na utilização do solo urbano não é matéria nova, pois desde 1999 que a legislação integra a denominada perequação de encargos e benefícios entre operações urbanísticas realizadas em território urbano. No entanto, esta perequação só era considerada em territórios contidos e abrangendo as partes do solo urbano que interessava executar de forma integrada, a denominada execução sistemática no âmbito de unidades de execução. A perequação é agora alargada a todo o solo urbano e a todas as operações urbanísticas, sejam elas de execução sistemática ou não sistemática. Esta perequação global processa-se através da redistribuição das mais-valias atribuídas pelo plano, redistribuição essa feita entre o promotor/proprietário do prédio e a coletividade, representada pelo município e os promotores/proprietários que têm menos-valias.

E ao pretender-se agora promover a sustentabilidade dos ecossistemas e a prestação dos serviços ambientais como garantia da sustentabilidade do solo urbano, alarga-se o princípio da equidade ao solo rústico e compensa-se os prédios que prestam serviços de ecossistemas, incrementando valor ao solo rústico.

O valor do solo rústico, associado à sua importância no equilíbrio que o ordenamento do território procura atingir no binómio cidade-campo, é, assim, muito maior que o seu valor determinado em função da capitalização do rendimento real da exploração.

### À qualidade da intervenção

A obrigatoriedade de adaptação às alterações climáticas e a necessidade de minimizarmos os seus efeitos têm-se traduzido na mudança da forma como concebemos as cidades e a nossa vida no quotidiano. Esta mudança implica novos conhecimentos e novos modelos. Também o princípio da equidade que abordámos, associado às condições da procura no mercado imobiliário, altera o objetivo do lucro pela quantidade, promovendo a qualidade como o fator diferenciador das intervenções no território e permitindo a adoção de modelos que, até ao momento, teriam pouco sucesso face aos consumos de áreas não edificadas que exigem, ou à necessidade de integrar novas valências projetuais ainda pouco habituais na nossa prática de projeto urbanístico.

Parece estarem assim reunidas as condições para um novo ordenamento do território, para um urbanismo que privilegie a qualidade do espaço urbano nas suas diversas utilizações e se saiba adaptar às mudanças que as alterações climáticas e o mercado



Continuidade dos espaços verdes entre público e privado, *continuum naturale* - edifício na Cidade da Maia.

e formas de trabalho nos vão impondo. A recente pandemia de Covid-19 alertou-nos para a necessidade de ponderarmos o nosso quotidiano e o espaço que utilizamos, limitando a nossa liberdade de deslocação e de sociabilização, confinando-nos a espaços exíguos e fechados, obrigando-nos ao recurso de tecnologias que tivemos de aprender a dominar e permitindo-nos descobrir as fragilidades do território que utilizamos nos nossos percursos e vivências.

No decorrer da pandemia, tem sido curioso perceber o aumento da procura pelo imobiliário que oferece maior isolamento e espaço aberto e o aumento da frequência dos percursos pedestres de lazer. Por outro lado, assistiu-se a uma subida exponencial da utilização do teletrabalho, assim como se percebeu que os movimentos pendulares casa-trabalho só se realizam quando a distância é curta e que muitos dos logradouros privados acolhem hoje pequenas hortas – quer por representarem uma forma de ocupação do tempo livre que o confinamento oferece, quer por questões de economia familiar.

A cidade tem de integrar estas mudanças: maior mistura de funções, salvaguardando a compatibilidade com os usos dominantes; redução da dimensão dos movimentos pendulares casa-trabalho, com incremento do transporte coletivo nas deslocações não pedonais ou cicláveis; oferta de habitação que permita maiores tempos de estadia, condições para o teletrabalho e a utilização do espaço livre, garantindo maior conforto; dotação das redes de infraestruturas públicas adequadas, com destaque para o domínio das telecomunicações; aumento dos espaços públicos urbanos de recreio e lazer, sobretudo nas zonas em que predominam edifícios de habitação coletiva e de serviços e na relação com o território rural, incrementando percursos pedagógicos e de descoberta e espaços abertos.

Nesta relação cidade-campo, tem papel de evidência o continuum verde assegurado pelo “desenho” da estrutura ecológica municipal. Esta, quando em espaço urbano, deve, como o seu nome sugere, constituir o elemento estruturador desse mesmo território, garantido a continuidade dos ecossistemas e dos espaços verdes, mesmo que com recorrência a estruturas lineares, e constituindo o sistema vertebrador de todo o espaço urbano. A estrutura ecológica urbana deve “regar” toda a cidade com áreas verdes de lazer e sociabilização a diferentes escalas, desde a pequena praça do bairro até ao parque da cidade, conectados por percursos pedonais em espaço verde ou em arruamentos de alinhamento arbóreo, e tendo continuidade pelo espaço rústico, atenuando o efeito fronteira que o desenho do plano estabelece.



## Na Maia

A equidade e a qualidade de intervenção são desígnios da revisão do Plano Diretor Municipal. Assumindo a incorporação destes desígnios, houve lugar a uma metodologia de trabalho de planeamento participativo, que motivou uma ampla participação pública e que permitiu o estabelecimento de propostas assumidas como de interesse coletivo, devidamente consensualizadas entre os diversos atores integrantes do processo: residentes ou utentes do território, técnicos municipais, equipa do plano e responsáveis autárquicos. Ao plano compete agora assumir essas propostas e programar a forma e o tempo da sua execução.

De uma forma geral, grande parte das propostas que surgiram deste processo de planeamento participativo incidiram na reabilitação dos valores naturais e patrimoniais identitários do território maia, com destaque para os vales do Leça e do Arquinho; na melhoria dos transportes coletivos intermunicipais e no incremento da mobilidade suave como atividade de lazer e dominante nos movimentos pendulares casa-trabalho ou casa-estudo em distância curta, contribuindo para a redução das emissões de gases de estufa e para o acréscimo da segurança rodoviária, com maior preocupação nas proximidades dos equipamentos escolares; na eliminação de disfunções ambientais provocadas pela laboração industrial perto dos núcleos habitacionais; na criação de condições à atividade agrícola enquanto economia produtiva local essencial à salvaguarda da aptidão do solo e à qualificação paisagística do território; na dotação e qualificação do espaço público de recreio, lazer e de encontro social.



Edifício junto ao metro com vista para quintas urbanas



Tecmaia

Nesta ordem de ideias, o modelo territorial do plano diretor municipal centra-se, então, nos seguintes objetivos:

- Atração de novas atividades económicas, assegurando as condições fiscais, logísticas e infraestruturais aos agentes privados e públicos;
- Valorização das áreas agrícolas e de atividades industriais/terciárias relacionadas com a economia 4.0, circular e verde;
- Adoção de uma política de mobilidade sustentável, mais conectada e partilhada;
- Fortalecimento da resiliência ambiental, mitigando as alterações climáticas e fomentando a valorização do sistema ribeirinho do Leça e dos restantes recursos hídricos;
- Melhoria da qualidade de vida, valorizando a ruralidade e a identidade maia, através do reforço da «centralidade agrícola» e do fomento de uma rede de espaço público, que impulse a sociabilização e a estruturação do território;
- Contenção da expansão urbana, promovendo uma política de colmatção urbana e de racionalização das infraestruturas existentes.

Deste conjunto de objetivos ressaltam três grandes preocupações: assegurar a captação de empresas tecnologicamente avançadas, capazes de criar postos de trabalho qualificados e com efeitos multiplicativos no desenvolvimento; modernizar e incentivar a atividade agrícola enquanto elemento caracterizador da identidade maia e atividade geradora de produtos locais, garante da salvaguarda dos solos de elevada aptidão; e mitigar as alterações climáticas e valorizar os ativos naturais.

O primeiro conjunto de preocupações centra-se no trabalho: na alteração do perfil da fileira industrial, que, embora ancorado em empresas robustas, pode vir gradualmente a integrar um crescente número de atividades da logística que beneficiem da localização na área metropolitana, com menor criação de postos de trabalho e maior impacto na mobilidade rodoviária; e na valorização da atividade agrícola, essencial à sustentabilidade do território rural e urbano. O trabalho é um dos pontos fortes da Maia, assegurando um número de postos de trabalho que garante o emprego pleno da sua população.

Compete agora ao plano também contribuir para a excelência de um território que valorize as atividades e os recursos humanos de que usufrui.

José António Lameiras

Urbanista, Engenheiro Civil,  
Consultor em Ordenamento do Território





Monumento ao  
Empresário Maiato

# Mobilidade

*p.16*

## Urbanização, Mobilidade, Descarbonização e... Portugal de volta à bicicleta!?

### Da urbanização extensiva à motorização da mobilidade

Os recentes processos de urbanização, notáveis pela sua extensão geográfica e referenciados à emergência das cidades automobilizadas, são a consequência da reconfiguração territorial do quotidiano dos cidadãos e das atividades e formalizam “uma forma urbana coestruturada pelo uso de novas técnicas de comunicação, de conservação e de transporte de bens, pessoas e informações”<sup>1</sup>.

Nessa medida, a cidade ou este território difuso, um produto que aparentemente nos surge como espontâneo, é na realidade a materialização do êxito de uma política global e abrangente (multiescalar e multissetorial) que apresenta um fortíssimo impacto ao nível das trajetórias e dos padrões de uso do solo, da paisagem e da mobilidade.

Esta extensa e permanente ocupação do solo teve início em modelos de crescimento tipo “mancha de óleo” (com ocupação ao longo das vias existentes) que ainda asseguravam alguma continuidade apesar de baixa densidade. No entanto, a cidade atual, ou melhor, a urbanização contemporânea, cresce entre cidades, em qualquer direção, não referenciada a nada em particular, mas profundamente influenciada e acelerada “pelas novas condições de acessibilidade criadas pelo traçado das autoestradas e seus nós”<sup>2</sup>.

O atual modelo de urbanização extensiva, desconfinado e de ampla escala territorial, tem-se assim perpetuado sobretudo com base no automóvel (até aqui alimentado a energia barata!) e na permanente extensão das infraestruturas rodoviárias pesadas.

### Da motorização à descarbonização da mobilidade

Da descrição sumária anteriormente apresentada é possível deduzir a fortíssima interdependência entre os padrões de ocupação e de deslocação. A nova e ampla geografia do urbano revela a importância que o automóvel assume na atual sociedade e vem explicitar uma nova ordem social: a de uma sociedade motorizada.

Todo o processo de motorização da sociedade tem-se revelado um problema exponencial na medida em que tem potenciado: perda de autonomia dos cidadãos não motorizados (reforçando desigualdades sociais); forte impacto ambiental (associado à emissão de poluentes); maior consumo energético (com respetivo impacto ao nível dos custos); congestionamento (que se traduz em maiores perdas de tempo, acidentes e emissões); desumanização do espaço (o fim da “rua” enquanto espaço de sociabilização); sedentarismo (com impacto ao nível da saúde pública); consumo desmedido de solo (recurso escasso e finito); e um amplo conjunto de conflitos entre funções do espaço público associado ao diferencial de velocidades que a circulação automóvel introduz.

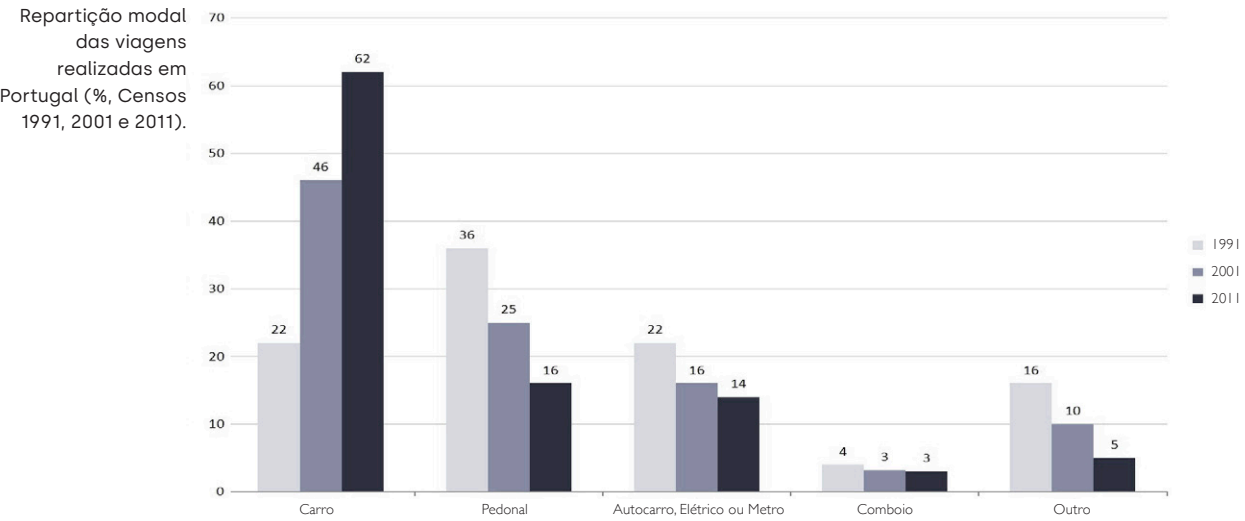
<sup>1</sup> Ascher, F. (1998). Metapolis: Acerca do Futuro da Cidade (p. 21). Oeiras: Celta Ed.

<sup>2</sup> Portas, N., Domingues, Á., & Cabral, J. (2011). Políticas urbanas II – Transformações, Regulação e Projectos (p. 59). Lisboa: FCG.



É neste contexto que emerge como agenda relevante e universal a descarbonização da mobilidade. Na verdade, a análise dos comportamentos dominantes revela que se trata de um tema em absoluto contraciclo e que, nessa medida, faz parte da “agenda do politicamente correto”. A crescente motorização da sociedade ainda contraria tal designio e revela a dimensão do desafio em torno da promoção dos modos suaves, ativos ou descarbonizados.

Em Portugal, se analisarmos os dados dos Censos (ver Figura 1), verificamos que a motorização da sociedade é um fenómeno muito recente. Foi nos últimos 30 anos que triplicámos o peso do transporte individual motorizado na repartição modal (ou seja, o peso do carro nas nossas deslocações diárias passou de 20% para cerca de 60%). De notar que este crescimento aconteceu essencialmente com base na perda de importância do modo pedonal e dos transportes públicos (que perderam 20% e 10% da sua quota, respetivamente).



Da retórica à necessária alteração da prática

Confrontando os padrões de ocupação e de deslocação que caracterizam a realidade portuguesa, percebe-se que a dialética da descarbonização da mobilidade transporta consigo um desafio de transformação da prática urbanística instalada.

Nessa medida, e perante uma realidade contrária à retórica dominante sobre a importância da descarbonização da mobilidade, existem duas atitudes complementares a ter em conta.

Primeiro, importa não encobrir a realidade e reconhecer que a fase atual é, ainda, a do automóvel. A urbanização extensiva, que tem marcado as transformações territoriais mais recentes, assim o exige e determina. O carro é hoje uma peça-chave na organização e funcionamento da cidade contemporânea, sendo que ocultar esta realidade significa, em grande medida, com ela pactuar.



Via Norte, eixo Maia Porto

a urbanização contemporânea, cresce entre cidades, em qualquer direção, não referenciada a nada em particular, mas profundamente influenciada e acelerada “pelas novas condições de acessibilidade criadas pelo traçado das autoestradas e seus nós”



Segundo, há que embarcar na “agenda” da “descarbonização da mobilidade” porque nos permite, “remando contra a maré”, defender uma transformação mais ordenada do território, isto é, minimizar custos (energéticos, territoriais, sociais, ambientais e financeiros) e melhorar a qualidade de vida coletiva. Trata-se de assumir a “descarbonização da mobilidade” como se de um “cavalo de Tróia” se tratasse. De facto, para lá do designio ambiental, a descarbonização da mobilidade representa uma agenda bem mais ampla e multissetorial e uma excelente oportunidade para dar resposta a um conjunto alargado de problemas e necessidades dos espaços urbanos contemporâneos. Para atingir tais resultados é, assim, necessário definir um novo percurso, uma estratégia persistente e de médio/longo prazo que necessariamente terá de combinar estratégias de atração (como a qualificação de redes pedonais, de transporte público e da bicicleta; o teletrabalho; e sobretudo uma gestão mais eficaz do uso do solo) e políticas de dissuasão (com destaque para a gestão e tarifação do estacionamento).

Assim, e sintetizando, importa criar “Planos de Descarbonização da Mobilidade” eficazes, que combinem quatro tarefas distintas:

- articular o planeamento da mobilidade e do uso do solo, distinguindo áreas da cidade para as quais deverá haver clara aposta no transporte público e nos modos suaves (e onde, em consequência, deve ser dificultado o uso do automóvel particular, nomeadamente através de uma política de estacionamento dissuasora);
- definir e rever políticas urbanísticas, fiscais e financeiras indutoras de localizações precisas de novos usos e atividades, especialmente dos grandes geradores de tráfego;
- identificar e qualificar as centralidades já existentes, avançando com propostas específicas para a qualificação de determinados espaços públicos, sobretudo reforçando a sua dimensão e o seu desempenho pedonal;
- envolver a comunidade, em particular as escolas, explicitando e discutindo em cada caso, vantagens e objetivos das ações a implementar em cada espaço da cidade.

**Portugal de volta à bicicleta**

A par da retórica da descarbonização da mobilidade, a promoção da bicicleta tem surgido como marca, como eixo-base das estratégias de mobilidade. Curiosamente, trata-se de uma “moda” estranha, porque não se entranha, teima em não ter expressão no dia-a-dia, na repartição modal da mobilidade urbana. A bicicleta e as respetivas ciclovias assumem, assim, uma dimensão simbólica, afirmam-se como referenciais de modernidade, que só se revelam ajustados na medida em que vêm afirmar o caminho “contra a corrente” que anteriormente se referiu.

No entanto, o grande desafio ao nível da promoção da mobilidade em bicicleta passa por conseguir tornar o centro das nossas cidades mais amigável para os modos suaves/ativos. Ou seja, ao nível da mobilidade urbana, o desafio passa pelo abandono da ideia de “ciclovias-corredor” e pelo esforço de criação de redes cicláveis. Objetivamente, tal significa abandonar uma prática e uma cultura instalada de pistas segregadas/dedicadas e começar a assumir que, no limite, todas as ruas são cicláveis. Cidades e territórios amigos da bicicleta não são necessariamente medidos em função do número de quilómetros de ciclovias pintadas no chão!



Ciclovias

Importa, sobretudo nos centros das cidades (com densidades e acessibilidade significativas), alterar o programa que tem informado o projeto de espaço público. A “rua” é, por definição, um espaço de intensos conflitos funcionais e a segregação não é a única solução possível. Promover a partilha, baixando para o efeito a velocidade e o volume de tráfego nos centros, é um outro caminho capaz de promover e produzir territórios urbanos bem mais amigos da bicicleta e, mais importante, dos peões!

Genericamente, em Portugal, raramente se tem afirmado um território e uma rede ciclável capaz de contrariar o excessivo peso do carro. Nesse sentido, mais do que construir parques e ciclovias isoladas, o que está por cumprir passa pela conceção e implementação de redes cicláveis que:

- na mobilidade associada ao lazer, reforcem a aproximação do espaço urbano à estrutura ecológica que o suporta e organiza;
- na mobilidade urbana diária, potenciem uma maior utilização da bicicleta e em consequência maior segurança, menor impacto ambiental, benefícios para a saúde e menores custos e tempos de deslocação;
- na relação com o serviço de transportes públicos permitam reforçar a intermodalidade (nomeadamente, porque a bicicleta pode ligar, funcionando como a “cola” do sistema de transportes);
- devidamente articuladas com sistemas de “bike-sharing”, possibilitem uma efetiva alteração da repartição modal (resolvendo ou atenuando o problema do “first/last mile” e reforçando decisivamente o papel dos transportes públicos).

Frederico Moura e Sá  
Urbanista, Engenheiro, Doutor em Arquitetura  
Professor Auxiliar Convidado, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território  
Universidade de Aveiro





"Tour" no centro da cidade da Maia

# Participação Pública

p.22

## A cidade pós-Covid e o impacto da pandemia na relação casa-trabalho

### 1 A cidade confinada

A pandemia que estamos a viver e as vagas de confinamento associadas estão a ter consequências dramáticas na vida das pessoas, na saúde pública e na economia mundial, cuja extensão não é possível ainda avaliar. No final de janeiro de 2021, já existem 100 milhões de pessoas infetadas e 2,1 milhões de óbitos. Do ponto de vista económico, a realidade é muito preocupante com a perda de 255 milhões de postos de trabalho, quatro vezes mais do que na crise de 2009<sup>1</sup>.

Em Portugal, o efeito negativo é igualmente assustador, com mais de 643 mil pessoas infetadas, 10.000 novos casos/dia e mais de 10 000 óbitos em resultado da doença. A nível económico, o efeito não é menor. No ano de 2020, houve uma queda de 18,5% nas exportações da indústria do vestuário<sup>2</sup>, e no importante setor do turismo os hotéis nacionais tiveram uma perda estimada de 3,6 mil milhões de euros (AHP). Nos pequenos negócios, o impacto foi também devastador. A título de exemplo, enceraram 1.500 cabeleireiros em 2020 e prevê-se que possam fechar no presente ano cerca de 3.000, 50% do total. Cerca de 30% dos ginásios fecharam portas em 2020, num universo de 1100 empresas<sup>3</sup>.

A pandemia obrigou a mudanças significativas na organização das atividades no território, sobretudo no primeiro "lockdown". Entre março e abril de 2020, a média de pessoas confinadas atingiu os 61%<sup>4</sup>, um valor bastante superior ao registado em janeiro de 2021 (39,5%)<sup>5</sup>. Em resultado dessa primeira paragem, 1,6 milhões de alunos passaram a ter aulas à distância e quase um quarto dos 4,9 milhões de trabalhadores começaram a trabalhar remotamente<sup>6</sup>. Ainda assim, nem todas as profissões permitiram tal adaptação. Segundo sondagem publicada pelo Jornal de Notícias no final de março de 2020, se 44% dos inquiridos estavam a trabalhar em casa, no caso de pessoas com rendimentos mais elevados a percentagem chegava aos 68%. No outro extremo, o das pessoas mais pobres, três em cada quatro pessoas estava a fazê-lo presencialmente, sobretudo em profissões mal remuneradas (construção civil, limpezas, trabalhos administrativos), com o risco associado. Este indicador é também sensível à geografia da residência e do trabalho. Em Lisboa, por exemplo, o teletrabalho foi realizado por 55% dos inquiridos, enquanto noutras regiões do país o valor baixa para 40%<sup>7</sup>.

1 [https://www.rtp.pt/noticias/economia/pandemia-destruiu-255-milhoes-de-empregos\\_v1292450](https://www.rtp.pt/noticias/economia/pandemia-destruiu-255-milhoes-de-empregos_v1292450)

2 <https://sicnoticias.pt/especiais/coronavirus/2020-11-10-Industria-textil-e-do-vestuario-sofre-quebra-de-185-nas-exportacoes>

3 <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2517/html/economia/temas/radiografia-ao-impacto-da-pandemia-nos-varios-setores>

4 <https://www.publico.pt/interactivo/portugal-meio-gas-que-mudou-pais-suspenso>

5 <https://www.publico.pt/2021/01/16/sociedade/noticia/portugueses-cumpriram-ordem-ficar-casa-forma-ligeira-1946607>

6 INE, 2020

7 <https://www.jn.pt/nacional/quase-metade-das-pessoas-esta-a-trabalhar-em-casa-mas-nao-os-mais-pobres-12000948.html>



A necessidade de abastecimento das famílias obrigou a um processo expedito de digitalização de serviços (vendas *online*) por parte de muitas empresas, criando, complementarmente, redes dispersas de entregas ao domicílio e, noutras situações, ativando circuitos curtos de produção e consumo local. Se no caso da economia houve alguma adaptação ao contexto de confinamento, a sociedade civil também se organizou para responder às necessidades dos grupos mais fragilizados. Seguem-se três exemplos: as dificuldades do ensino à distância de muitas crianças e jovens suscitou o aparecimento de plataformas de oferta e/ou empréstimo de computador<sup>8</sup> ou de apoio ao estudo solidário<sup>9</sup>; para além disso, o isolamento de pessoas de risco criou ou ativou redes solidárias de entrega ao domicílio de alimentos e medicamentos e também de doações de produtos alimentares; por último, as relações de vizinhança também conheceram um novo fôlego com o surgimento de grupos de apoio através das redes sociais<sup>10</sup>, promovendo micro-eventos comunitários e também reflexões *online*<sup>11</sup>.

Como se sabe, o trabalho e o estudo em casa obrigaram a um enorme esforço de adequação ao mundo digital, com respostas diferenciadas, dependendo da capacidade económica e literacia digital das famílias. De acordo com o Inquérito à Utilização de Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias<sup>12</sup> promovido pelo INE, em 2020, «84,5% dos agregados familiares em Portugal têm ligação à *internet* em casa e 81,7% utilizam ligação através de banda larga», um aumento de «mais de 30 pontos percentuais comparativamente a 2010 e de 3,6 p.p. em relação ao ano anterior», um dos maiores aumentos dos últimos anos. No entanto, notam-se importantes desigualdades sociais no acesso à *internet*. Os agregados com maiores rendimentos «são os que apresentam maiores níveis de acesso à *internet* (96,8%) e à banda larga (94,5%)», enquanto no outro extremo (20% com menores rendimentos), «as proporções reduzem-se para 66,9% com acesso à *internet* em casa e 62,4% através de banda larga». Segundo o mesmo estudo, a utilização da *internet* serviu, sobretudo, para comunicar e aceder a informação: «89,9% trocaram mensagens instantâneas, 87,0% pesquisaram informação sobre produtos ou serviços, 86,8% enviaram ou receberam e-mails, 85,7% leram notícias, e 80,2% participaram em redes sociais».

A percentagem de comércio que se realiza *online* teve um aumento significativo, superior a 7%, para um valor próximo de 35,2%<sup>13</sup>, abaixo da média da União Europeia (cerca de 49%). A quantidade de encomendas *online* também cresceu: “O grupo dos utilizadores que fizeram 3 a 5 encomendas aumentou 4,0 p.p., o dos que fizeram 6 a 10 encomendas aumentou 9,5 p.p., e o dos que fizeram mais de 10 encomendas aumentou 6,9 p.p.” Por último, a importância despendida por encomenda aumentou «15,7 p.p. no caso do peso das encomendas entre 100 e 499 euros, e mais 8,0 p.p. no das encomendas de valor igual ou superior a 500 euros». O tipo de produto mais solicitado «foi roupa, calçado e acessórios de moda (60,4%), seguindo-se as refeições em takeaway ou entrega ao domicílio (38,2%), o equipamento informático (37,3%) e os produtos digitais relacionados com filmes, séries ou programas de desporto (34,3%)». Estes dados revelam uma mudança no padrão de consumo que poderá ter um impacto significativo nas formas tradicionais de comércio e na sua organização nas cidades.

8 Student Keep <https://studentkeep.org/>

9 Aveiro é nosso <https://www.aveiroenosso.pt/>

10 Vizinhos de Aveiro <https://vizinhos-aveiro.pt/>

11 Artigo UA Linhas JCM

12 [https://www.ine.pt/ngt\\_server/attachfileu.jsp?look\\_parentBoui=465024825&att\\_display=n&att\\_download=y](https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=465024825&att_display=n&att_download=y)

13 Encomendas nos 3 meses anteriores à entrevista (INE)

## 2 A cidade pós-Covid

A mudança experimentada durante o confinamento e a expectativa do fim da pandemia que a vacina introduziu aceleraram a discussão sobre o futuro das cidades e da relação entre trabalho e residência, assim como das relações de sociabilidade. Segundo a revista TIME, foi o som dos pássaros no confinamento – algo nunca escutado – que fez com que a maire Anne Hidalgo vislumbasse a necessidade de acelerar a agenda verde para a cidade de Paris.

O período após o primeiro confinamento foi um tempo importante de ação política, com várias intervenções táticas urgentes de transformação do espaço público e de organização da mobilidade urbana. O objetivo principal era prevenir que o receio de utilização dos transportes públicos pelo risco de infeção em espaços fechados levasse muitos cidadãos a voltar a usar o transporte individual. Várias cidades europeias experimentaram novas intervenções, nomeadamente as ciclovias de emergência (Paris e Berlim), o alargamento de passeios (Barcelona) e a redução da velocidade através da criação de zonas 30 (Bruxelas).

A fase de desconfinamento levou a que muitas cidades criassem mais espaço público para passear, sentar e também para consumir, garantindo segurança e conforto. As esplanadas ganharam, nesse quadro, uma função crítica, pois permitiram o descanso seguro, mas também um apoio decisivo para o comércio local. Nos casos de ruas de passeios estreitos, foram encerradas ao trânsito para criar zonas de restauração ao ar livre. Noutros contextos, foram implementados parklets, microparques urbanos localizados ao lado dos passeios, ocupando um lugar de estacionamento. Trata-se de intervenções temporárias para aumentar o espaço público em favor dos peões, da sua permanência e da interação social, constituídas por pequenas estruturas de madeira feitas de forma colaborativa, envolvendo moradores e agentes económicos, com investimentos reduzidos e de execução rápida<sup>14</sup>.

Contudo, este também foi o momento para o surgimento de um conjunto de narrativas de desenvolvimento urbano com potencial transformador. A construção da «cidade de 15 minutos» foi uma delas. Não sendo uma agenda nova, Jacobs e Gehl produziram ampla reflexão sobre a matéria, que ganhou um novo élan nos últimos tempos graças ao trabalho de Anne Hidalgo e Carlos Moreno em Paris. Segundo a estratégia, Paris deverá «transformar-se numa cidade de bairros onde os residentes deverão encontrar os serviços essenciais a 15 minutos de distância». Para que tal aconteça, será reduzido o espaço para carros e aumentado o espaço para ciclistas e pedestres. Segundo Moreno, a estratégia assenta em três pilares: o crono-urbanismo, a cronotopia e a topofilia, inspirado nas palavras gregas *chronos* e *kairos*. Numa entrevista ao Público, explica o que significam: o crono-urbanismo para «abreviar o tempo delapidado em deslocações», a cronotopia para «criar edifícios multifuncionais, uma escola que abra ao fim-de-semana para outras atividades ou uma loja que seja usada para eventos culturais», e a topofilia para «prolongar a experiência do confinamento, com vizinhos a descobrirem-se de varanda para varanda, preocupação em cuidar do próximo, compras no comércio local, passeios no jardim ao lado de casa»<sup>15</sup>.

14 <https://www.publico.pt/2020/07/12/p3/noticia/parklets-partilhar-estacionamento-peoes-futuro-1920582>

15 <https://www.publico.pt/2020/05/28/culturaipsilon/noticia/espaco-publico-sff-cidades-pos-covid19-1918194>



Porém, aproximar a casa, a escola, o trabalho e o lazer para que fiquem a uma distância percorrível a pé ou de bicicleta não é fácil e exige vontade política, persistência e planeamento, que são recursos que não abundam. Para criar essa cidade de proximidade tão desejada talvez sejam necessários alguns passos intermédios. O urbanista Dan Hill deixa uma sugestão estimulante<sup>16</sup>: comecemos por trabalhar o espaço público que está à nossa porta, através da realização de micromelhorias como bancos, espaços de brincar, estacionamentos de bicicleta e pequeno mobiliário urbano de apoio ao quotidiano.

Não sabemos como virá a ser a cidade pós-pandemia, mas provavelmente não será muito diferente da que temos hoje. Ainda assim, os estudos que têm vindo a ser produzidos sobre o impacto da pandemia na organização das cidades mostram que não é na mudança da residência que este impacto se verifica, mas sim na procura de zonas de menor densidade e mais espaços verdes, em resposta ao medo do contágio, e na transformação da relação casa-trabalho. Num artigo do Wall Street Journal<sup>17</sup> Richard Florida refere evidências nos EUA que mostram que, para muitas empresas, o teletrabalho se revelou eficaz e sem redução da produtividade. Nessa sequência, estas empresas fizeram contas e preveem reduzir custos com as sedes das empresas («HQ places»), convidando uma parte dos seus funcionários a trabalharem em casa, parcial ou totalmente<sup>18</sup>.

A mudança da geografia do trabalho não significa que este venha a ser feito em casa, até pelos riscos de aumento da tensão entre a vida familiar e profissional, cuja fronteira já é hoje ténue e problemática. Alguns especialistas referem que poderão vir a ser criados espaços comunitários de trabalho, para evitar a confusão de papéis entre casa/trabalho, uma oportunidade para qualificar os centros secundários ou as centralidades mais periféricas<sup>19</sup>.

Caso esta dinâmica ganhe expressão, e Florida refere que há possibilidade de uma percentagem significativa do trabalho poder passar a ser feito nesta modalidade, o impacto nos centros das cidades desta mudança de espaços de comércio e serviços será tremendo. Poderão vagar muitos espaços para novas funções – habitação, cultura, lazer – a preços mais baratos e para grupos sociais que valorizam a presença no centro e o encontro – os mais jovens, que não prescindem do contacto social. Esta mudança poderá ser uma enorme oportunidade de repensar o futuro dos centros urbanos.

### 3 Planear a Maia para o pós-Covid

Em Portugal, os dados ainda não mostram evidências da transformação territorial que a mudança na relação casa-trabalho poderá sofrer. Eventualmente, o efeito poderá ser mais lento ou não vir a ter a mesma dimensão doutras latitudes. De qualquer forma, os decisores e urbanistas deveriam estar atentos e antecipar a mudança para que esta gere o mínimo de efeitos perversos e potencie os seus impactos positivos.

Alguns municípios em Portugal têm vindo a antecipar essa necessidade de mudança. O município da Maia promoveu nos últimos dois anos um intenso exercício de reflexão coletiva sobre o seu futuro, muito na linha das reflexões anteriormente sugeridas. No âmbito da elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal da Maia foram envolvidas mais de 1.500 pessoas em dois anos de profícuo trabalho cívico, durante o qual se tentou construir uma nova narrativa para o ordenamento do território concelhio e experimentar a transformação para um modelo urbano pós-pandemia.

<sup>16</sup> <https://medium.com/slowdown-papers/35-slowdown-patterns-one-minute-city-fifteen-minute-city-5bf6eeaff01e>

<sup>17</sup> <https://www.wsj.com/articles/will-coronavirus-be-the-death-of-cities-not-so-fast-11607612400>

<sup>18</sup> [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3737652](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3737652)

<sup>19</sup> <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-01-26/how-small-cities-are-trying-to-lu>



Zona industrial da Maia

O trabalho político, técnico e cívico produzido gerou um consenso importante em torno da necessidade de produzir um modelo urbano de valorização da escala de proximidade, potenciando as redes de vizinhança, valorizando a rede de equipamentos e a sua utilização qualificada, reduzindo a deslocação casa-trabalho (através das zonas industriais qualificadas e residência próxima, numa faceta de economia digital e com pegada ecológica zero) ou modificando a sua motorização (o Metro e a sua expansão poderão dar uma ajuda), muito na linha das pistas que Carlos Moreno tem deixado.

Propôs ainda uma narrativa que combina uma nova ligação entre a cidade e o campo, que confere a este último uma nova centralidade, valorizadora dos sistemas de curta distância de consumo e produção (na qual o evento Hortíssima e a atuação da Cooperativa Agrícola da Maia desempenham um papel fundamental), do lazer em torno dos campos agrícolas (na linha das propostas do Open Day da Agricultura e dos caminhos rurais de Folgosa surgidas no processo participativo), ou da inovação (na qual o Living Lab da Agricultura, também resultado do PDM, terá particular destaque). Curiosamente, esta reflexão aproxima-se muito do trabalho que Rem Koolhaas produziu no Guggenheim com a exposição «Countryside, The Future» ou que Sebastien Marot fez na «Agricultura e Arquitectura: Do Lado do Campo» no CCB - Garagem Sul, organizadas no último ano.

Não sabemos como será, no futuro, a relação entre a casa e o trabalho no quadro metropolitano, ou que impactos isso trará para a Maia. Mas estamos certos de que o alinhamento estratégico produzido a posiciona para poder tirar partido dessas transformações, caso elas venham a ocorrer.

José Carlos Mota

Doutor em Ciências Sociais pela UA; Professor Auxiliar e Investigador.

Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro





Mesa de trabalho  
de Luciano Thedim,  
santeiro em Nogueira  
e Silva Escura.

# Cultura

p.28

## *Arbeit befreit dich nicht\**

Se houvesse um ranking destinado a ordenar as actividades humanas mais informadas e enformadas pelas transformações culturais e pela evolução das mentalidades, o “Trabalho”, ocuparia, com toda a certeza, um dos lugares cimeiros.

Na verdade, foi muito longo o caminho percorrido pelo “Trabalho”, desde o tempo em que era considerado um castigo e um dever de muitos, até se transformar num Direito fundamental da Humanidade, embora muitas vezes sem condições para ser exercido e outras tantas exercido sem condições de dignidade.

A raiz etimológica de “Trabalho” – a principal – é o termo latino “tripalium”, um terrível e temido instrumento de tortura, usado em todos aqueles que faltavam à obrigação de pagamento de imposto.

Não é por acaso que no imaginário judaico-cristão, durante muito tempo, o “Trabalho” foi tido como um complemento do castigo divino corporizado pela expulsão do Jardim do Éden. O próprio “Ora et Labora” monacal, encerra em si mesmo, de forma implícita, a ideia de que o “Trabalho” é esforço e sacrifício penitencial e a oração, a compensação e o caminho para o paraíso.

Assim, a palavra portuguesa “Trabalho”, a castelhana “Trabajo” e a francesa “Travail”, estão umbilicalmente ligadas a uma ideia de sofrimento. Na mesma linha, o “Lavoro” italiano está associado ao termo “fadica”, ou seja, fadiga e cansaço; e o “Arbeit” alemão, a uma noção de servidão.

A associação da expressão “servidão” ao “Trabalho” faz, historicamente, todo o sentido, porque durante muito tempo foi uma actividade imposta aos desprovidos de poder e privilégios, como os escravos, os servos da gleba e até mesmo aos primeiros operários.

Foi preciso esperar pela Reforma – mais com Calvino do que com Lutero – para que o “Trabalho”, enquanto antítese do “perigoso ócio”, começasse a ganhar alguma respeitabilidade e fosse assumido como parte importante da boa moral e ética cristã-reformista, embora, entendamo-nos, essa nova nobreza do “Trabalho” fosse sobretudo apropriada pela Burguesia, não reconhecida pela Nobreza e não reconhecida aos trabalhos exercidos pelos trabalhadores das classes desfavorecidas.

Outro dos preconceitos culturais associados ao “Trabalho”, e que ainda resiste neste século XXI, é aquele que dificilmente considera serem “Trabalho” as actividades ligadas à criação e produção artística. Na verdade, e ainda para muitos, a música, a literatura, as artes plásticas, as artes cénicas, etc., são, assim, “uma espécie de coisa” que não é bem trabalho, e isso tem reflexos directos na visão da sociedade em relação à “Arte” – entendida como o conjunto de todas as actividades de natureza cultural – e ao papel que o Criador – o “Artista” – tem e pode ter nessa mesma sociedade.

Desde a Pré-História que o Homem foi obrigado para garantir a sua sobrevivência através da execução de tarefas específicas relacionadas com a satisfação das suas necessidades mais básicas, como, por exemplo, a alimentação e o abrigo. Dito de outra forma, a Humanidade foi, ab initio, obrigada a trabalhar.

\*do Alemão, “O Trabalho Não Te Liberta”.





*Orquestra para bebés, auditório do Fórum da Maia, 2020*

Esta obrigação, condição sine qua non para a não extinção, implicou, desde logo, a divisão de tarefas, provavelmente, e primeiro, uma divisão por género – o homem caça, a mulher cozinha – e, depois, uma divisão hierárquica, em que os mais despojados de direitos arcavam com as tarefas mais pesadas e em que os detentores de poder só executavam algumas ou nenhuma.

Estas divisões e hierarquizações tornaram-se causa e consequência das diferentes classes sociais, em que as mais poderosas detêm os chamados meios de produção (a terra, o dinheiro, as máquinas, etc.) e as demais produzem. Os escravos, os trabalhadores feudais, foram tão subordinados e excluídos da posse desses meios de produção como os operários surgidos com a Revolução Industrial.

Este modelo de “relações de trabalho” provocou terríveis desigualdades sociais, económicas, políticas e culturais.

O século XX trouxe consigo aquilo que podemos denominar de “organização científica do trabalho”, destinada a melhorar os processos produtivos, em termos de afectação de recursos e maneiras de produzir (as fábricas de Henry Ford são um bom e actual exemplo), organização essa que, ao mesmo tempo que produziu a optimização da produtividade, teve – e tem – como efeito perverso a desumanização do trabalho, agravada pela crescente introdução das novas tecnologias, em que a robótica tem cada vez mais peso.

Na verdade, a citada “organização científica do trabalho” caracteriza-se, na sua essência, pela adopção de mecanismos e instrumentos de controlo dos trabalhadores (tornados quase peças de maquinaria e facilmente substituíveis pela mesma) e por práticas de coerção material, moral e também simbólica, em que os “valores da empresa” – definidos pelos donos – se tornam verdadeiros preceitos de índole moral, que afectam e condicionam o trabalhador muito para além do próprio contexto de trabalho – o XEROX man, ou o TOYOTA man, por exemplo.

Um dos grandes logros relacionados com o “Trabalho” e com a contemporaneidade assenta no mito de que a crescente incorporação tecnológica na “Produção” permitiria a geração de mais riqueza para todos e a crescente libertação do Homem da obrigação de trabalhar.

A crescente incorporação tecnológica, o que tem provocado é o aumento extraordinário da riqueza de muito poucos, a crescente precarização do trabalho e ausência cada vez mais visível de postos de trabalho.

A Humanidade tem tendência a confundir desenvolvimento com progresso civilizacional.

Mário Nuno Neves

Ciências Históricas ramo Património, Doutor em Ciências Políticas e Relações Internacionais  
Vereador da Câmara Municipal da Maia



Tecmaia





Águas Santas, a linha de caminho de ferro e a unidade de moagem



Hora do farnel numa pausa do trabalho nas margens do rio Leça, início do séc.XX

# História

p.32

## O desenvolvimento da Maia à luz do trabalho no final do séc. XIX e fomento público até finais dos anos 60 do séc. XX

Para analisar o concelho da Maia nos finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, tomemos como ponto de partida o Inquérito Industrial de 1890, mandado realizar pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, que viria no seguimento de um anterior de 1881. Este revelava um carácter protecctionista e teria como objectivo apurar o estado e condições da indústria portuguesa, assim como dos próprios operários. Desse documento, podemos constatar a existência, no concelho da Maia, de 189 estabelecimentos nomeados como "oficinas ou casas de trabalho". Segundo a investigação de Eduardo Cordeiro Gonçalves sobre esta temática, *"cerca de 90% dos estabelecimentos inquiridos pertencem à categoria de pequenas indústrias de tipo ofical, os restantes são de dimensão média, verificando-se no concelho um crescimento do número de unidades próximo dos 45% face ao Inquérito da década anterior."*

A moagem ocupava cerca de 35% dos estabelecimentos existentes, aparecendo em segundo lugar um número considerável de serralharias, consideradas pequenas indústrias. Seguiam-se as oficinas de carpintaria e de canteiro e oficinas de serração de madeira. Na categoria de oficinas ou casas de trabalho surgiam também as de fabrico de botões e colchetes. Para a pequena indústria, 7% são do ramo da alfaiataria enquanto o sector do calçado, entre tamancaria e sapataria, englobaria 9,5%. Abaixo dos 3% encontramos diversas actividades como a cestaria, fiação e tecelagem, relojoaria, marcenaria, panificação e outras.

De carácter iminentemente rural, a Maia apresentava pequenas indústrias em freguesias como Gemunde, Moreira, Águas Santas e Vila Nova da Telha, denotando um crescimento quantitativo em detrimento do qualitativo. Também é notória a ausência de grandes capitalistas, o que dificultava a capacidade de atracção de investimentos. Estas *"indústrias eram de pequena dimensão, predominando o trabalho braçal, realizado em pequenas e acanhadas oficinas"*, conforme afirma Maria da Conceição Salgado. A mesma refere que a indústria de construção que englobava pedreiros, carpinteiros e estucadores, estes *"trabalhavam à semana no Porto. Partindo em bando à segunda-feira de madrugada, levam uma saca com broa para toda a semana com o que acompanhavam o caldo que iam cozinhando. Ao sábado, regressam a casa para estar com a família que, entretanto, cuida da lavoura e da engorda dos bois. Em grande parte, os operários são também lavradores, pequenos proprietários e as economias do salário consolidam-se na terra."*

Segundo o Inquérito, a mão-de-obra utilizada nestes estabelecimentos industriais consistia em 598 pessoas, a grande maioria do sexo masculino. Como mestres e contramestres temos 123 indivíduos, a maioria artesãos. Já na rubrica pessoal existente, temos 427 operários do sexo masculino e 20 do sexo feminino, 24 como 24 aprendizes masculinos e 4 femininos. Se considerarmos os escalões etários, a maioria dos operários situa-se acima dos 16 anos, embora seja possível encontrar 22 crianças com menos de 12 anos e 36 dos 12 aos 16 anos. De salientar que mais de 80% dos indivíduos não sabiam ler nem escrever. Se atentarmos aos números de operários por ramo de actividade, observamos que a construção civil detinha mais de 25% da mão-de-obra activa, seguido da moagem com 19%, calçado e serralharia com cerca de 8,5%, canteiro com 8%, e as serrações de madeira com 6%.

Já sobre os salários pagos, as informações só constam dos maiores de 16 anos, sendo omissa para os outros menores. Tendo como referência o dia de trabalho, facilmente percebemos que os salários mais elevados seriam o de relojoeiro e canteiro, com 600 réis e 460 réis por jorna de um dia, respectivamente. Um ferreiro ganharia 460 réis; um carpinteiro, 400 réis; o botoeiro, 320 réis; e o tamanqueiro, 300 réis. As profissões de menor salário seriam os fogueiros e tintureiros, com 120 réis e 160 réis à jorna.





A força de trabalho feminina e as suas ferramentas de trabalho



A arte de barbeiro de Albino do Espírito Santo, sendo cliente o cunhado António Santos Leite. Anos 60

Quando se referiam a trabalho de empreitada, o valor aumentava um pouco em todas as profissões. Quando comparados com dados do Porto, verificamos que os salários da Maia seriam mais baixos, talvez devido à menor produtividade do trabalho. Com a falta de máquinas modernas e de energia a vapor, a base da indústria ainda era manufactureira – apenas o linho e a moagem utilizavam rodas hidráulicas. Quanto às matérias-primas, 90% era de origem nacional, sendo a restante importada de Inglaterra e de outros pontos no estrangeiro. Quanto ao destino dos produtos que saíam da Maia, 80% seriam para o mercado nacional, 5% para o Porto e 15% acabavam por ser consumidos pelos próprios maiatos. Para o Porto seguiam artigos de alfaiataria e marcenaria, como guarda-fatos, cómodas e cadeiras, ao mesmo tempo que os habitantes maiatos consumiam artigos necessários do seu quotidiano.

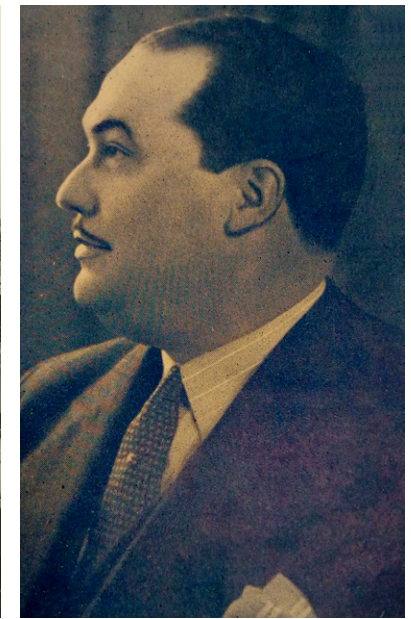
Não nos podemos esquecer da realidade demográfica do concelho. Se hoje somos aproximadamente 140.000 habitantes no concelho, nesses tempos esse número seria bem diferente. Em 1878 viveriam cerca de 16.000 pessoas em todo o concelho, subindo para 20.397 habitantes em 1900, segundo os números do Guia do Concelho 85-86 da Associação Comercial e Industrial do concelho da Maia. Em 1911, a população cresceu até aos 23.487 habitantes. Águas Santas era a freguesia mais populosa, bastante destacada das restantes, como Moreira e Gueifães. Em sentido contrário, a menos habitada era Gondim.

Uma outra forma de analisar o trabalho e o investimento realizado ao longo do séc. XX na Maia implica observar com particular atenção o papel da Câmara Municipal enquanto elemento dinamizador e transformador da paisagem, graças ao incremento das obras públicas, à construção de novas infraestruturas e à capacidade de atracção de pessoas para se fixarem no concelho.

No começo do séc. XX, os cofres da Câmara Municipal encontravam-se vazios, fruto dos parcos rendimentos e da sua incapacidade de atracção de investimento. Com a presidência do Dr. António dos Santos, a situação começou a alterar-se, ainda que de forma muito lenta. Por volta da década de 1940, segundo a visão da imprensa do regime, a Maia era vista como uma terra em progressão, tendo o Município a situação financeira regularizada e passado a investir em diversos melhoramentos: fontes de captação de água, mais lavadouros públicos para o grande número de mulheres que se ocupava da lavagem de roupas da cidade do Porto; 50 km de novas estradas concelhias, somando-se aos 100 km já existentes, funcionamento de 16 escolas com mais de 20 salas de aula, um novo edifício para o matadouro municipal, ampliação dos Paços do Concelho e aquisição de mobiliário para todas as repartições – tudo isto para uma Câmara que seria das que menos cobravam em adicionais sobre as contribuições do Estado. Nesse mesmo ano, a 30 de Maio de 1940, dá-se a transformação do Centro Comercial e Industrial da Maia em Grémio do Comércio do Concelho da Maia, com uma nova equipa directiva encabeçada por Augusto Moreira Neves, Domingos Nogueira da Costa e António Francisco Coelho.



Centro da Maia - Festas do Bom Despacho, 1951



Dr. Carlos Pires Felgueiras

Uns anos mais tarde, em 1945, segundo a *Gazeta dos Caminhos-de-Ferro*, e já sob a presidência do Dr. Carlos Pires Felgueiras, a Maia é considerada “*uma terra de trabalho e beleza*”, apresentando todas as características da vida minhota e sendo rica em costumes pitorescos. Se em 1926 nenhuma freguesia do concelho se encontrava electrificada, nesta década de 40 do século XX todas elas já teriam iluminação eléctrica, embora ainda não chegasse aos locais mais remotos e isolados. Registe-se ainda a inexistência de uma rede de esgotos. Na terra, raro era o lavrador que não possuísse uma pequena propriedade. O milho era cultivado em larga escala, seguido pelos legumes e hortaliças, estando a agricultura aliada à criação de gado. A indústria ter-se-ia desenvolvido, possuindo o concelho diversas fábricas, como a de sabão e licores na Vila de Barreiros, as de moagem e massas em Águas Santas, a de moagem em Moreira, de tecidos e extractos de laranja em Vila Nova da Telha, curtumes em Gueifães, fiação e tecidos no Castêlo, persianas em Silva Escura, entre outras de menor dimensão. Outra das profissões típicas seria a dos santeiros, que tanto se destacaram no campo da escultura religiosa.

No ano de 1966, num discurso inserido nas Comemorações do 40.º Aniversário da Revolução Nacional, o presidente Coronel Carlos Moreira retrata a realidade maiata, desejosa do desenvolvimento concelhio. Atentem às suas palavras: “*Nos últimos decénios o que resta das terras maiatas tem sofrido da falta de um centro urbano de categoria que sirva de ponto central e de cabeça de concelho, a uma população laboriosa mas dispersa por centenas de lugarejos, que, constituindo um todo, não suprem a falta verificada. (...) Um dos elementos que trouxe maior contributo ao desenvolvimento das terras maiatas foi a sua inclusão dentro do regime dos transportes colectivos do Porto. Estamos certos que essa valorização continuará a vincar-se quando a rede dessas comunicações se completar de acordo com o plano previsto. Enfileiramos, portanto, ao lado daqueles que consideraram tal problema como o número um para a vitalidade do concelho. (...) Muitos outros elementos vitalizantes haveria que referir em outros aspectos; falaremos apenas de um deles – o desenvolvimento económico.*”



*Ainda não há muito que o factor determinante do crescimento urbano e construtivo era fomentado, especialmente, pelas economias conseguidas no estrangeiro pelos emigrantes que se deslocavam para as cinco partidas do mundo e, em especial, para a Venezuela. Muitas das melhores edificações que se levantaram em terras maiatas foram-no à custa do esforço, suor e sacrifícios desses obreiros da terra maiata, em terras hostis e estranhas.*

*Mais tarde, e após uma breve paralisação na corrente emigratória, foi o surto industrial que sacudiu o país de lés a lés que para aqui canalizou elevados capitais investidos em imóveis fabris dos mais variados produtos.*

*Este último ritmo continua a processar-se apesar das dificuldades que muitas vezes são opostas à montagem de tais instalações na periferia dos grandes centros dada a orientação seguida pelas esferas dirigentes que pretendem a transferência delas para os meios interiores, menos evoluídos, a fim de tratar o êxodo da população rural.*

*Deste último facto resulta a transferência para o concelho de grande número de braços que aqui encontram trabalho melhor remunerado e garantias sociais que só as grandes empresas podem proporcionar aos seus trabalhadores. E, estabelece-se assim um círculo benéfico de que todos aproveitam e que facilmente se depreende deste breve enunciado.*

*Maior produção, maior quantidade de trabalho, maiores proventos, melhor nível de vida, abrangendo todas as classes e todas as produções até mesmo aquelas que em outros concelhos vivem na ruína e no abandono. Refiro-me, neste caso, à agricultura e actividades afins que aqui se podem considerar como suficientemente compensadoras, tanto no campo agrícola como no pecuário”.*

Como podem ver, o progresso e desenvolvimento urbano do concelho era preocupação primordial, ganhando um novo impulso em 1970, com a chegada à Câmara Municipal de um jovem inovador de Moreira chamado José Vieira de Carvalho...

Rui Teles de Menezes

Historiador e Técnico Superior de História da Câmara Municipal da Maia

Bibliografia

EDUARDO, C. Cordeiro Gonçalves, (1999), *O Concelho da Maia à Luz do Inquérito de 1890*, in *Actas do Congresso Maia, História Regional e Local*. Maia: CMM

SALGADO, Maria da Conceição Cordeiro, (1999), *População e Indústria(s) no concelho da Maia em finais do século XIX*, in *Actas do Congresso Maia, História Regional e Local*. Maia: CMM

Gazeta dos Caminhos-de-Ferro, *Maia – Terra de Trabalho e Beleza*, Revista Quinzenal n.º 1381, de 1 de julho 1945

Guia do Concelho 1985-86, Associação Comercial e Industrial do concelho da Maia

Livro de Actas da Direcção do Grémio de Comércio do Concelho da Maia, 1940

Discurso do Coronel Carlos Moreira, Presidente da Câmara Municipal da Maia, 1966, Comemorações do 40.º

Aniversário da Revolução Nacional

Terapia Territorial Regenerativa

"What can the pandemic teach us about urban design? Nothing."

Wolfgang Sonne, "In Defence of Compactness". DOM magazine, December 2020

A densidade nas Cidades foi, num primeiro andamento do crescimento acelerado da contaminação global pelo vírus SARS-CoV-2 e dos consequentes confinamentos decretados pelos Governos, apontada como um factor pernicioso num contexto de combate a um vírus zoonótico, de propagação por aerossóis entre os humanos. Na verdade, considerando a "longa-metragem" da evolução da pandemia, a densidade urbana parece representar um factor de risco maior. Muita da marabunta, impulsionada pela imatura "nova existência digital" (a imensamente "fértil pradaria dos herbívoros necessitados e seus predadores insaciáveis"), demonizou "as Cidades", os "centros urbanos compactos" e correu (quem pôde) em fuga para longe, para o Campo.

Num segundo momento (espantosamente precoce e longo) da persistência da pandemia e do consequente agravamento da crise social, essa mesma "fértil pradaria" começou, e persiste, a revelar sinais de solidariedade genuína, desinteressada, cidadã, justamente nos territórios de maior densidade - e nos de menor densidade, por maioria de razão, também. Solidariedade. Ser capaz de fazer o que pode ajudar quem precisa, sem deixar um único respiro para trás.

Sabendo-se que todos os juízos analíticos sobre o que fazemos transportam, por inerência, o que cada um de nós pensa, em primeiro lugar, sobre o que devemos fazer na defesa das nossas necessidades pessoais, e dos nossos interesses pessoais logo depois; fomos confrontados pela evidência de que, sem ajuda, mesmo anónima e desinteressada, dificilmente poderemos sobreviver como grupo, fortalecendo-nos individualmente. Essa constatação significa que quanto mais próximos estivermos, mais depressa e melhor nos podemos ajudar, assumindo que, desde logo, todos praticamos os procedimentos de defesa sanitária contra uma pandemia respiratória, o que não aconteceu com a consistência e constância necessárias nesta primeira pandemia do século.

De todo o modo, é inexorável que estando juntos em empatia, mais próximos, no mesmo prédio, no mesmo bairro, na mesma Cidade, podemos sempre ajudar-nos, mesmo que a necessidade de confinamento seja prolongada. A fadiga do confinamento (e aqui reside o paradoxo) pode ser muito mais danosa para quem, vivendo em territórios ditos de baixa densidade populacional e, por isso, correndo menos risco de contracção infecciosa, fica sujeito às dores do prolongado isolamento – olhar pela janela e não ver vivalma, dias após dias sem fim, é uma desolação terminal.

À procura dos equilíbrios inteligentes, ponderando com lucidez o que "o bom tem de mau" e vice-versa (sim!), serenamente e com um espírito de genuína partilha de ideias para o progresso, aceitando o contraditório até mesmo à fronteira do confronto, praticando a determinação útil de construir objectivos comuns, a TM#04 será uma colectânea de textos positivos sobre as imensas maneiras disponíveis de regenerarmos a partir deste infausto cinzento-escuro em que hoje habitamos.

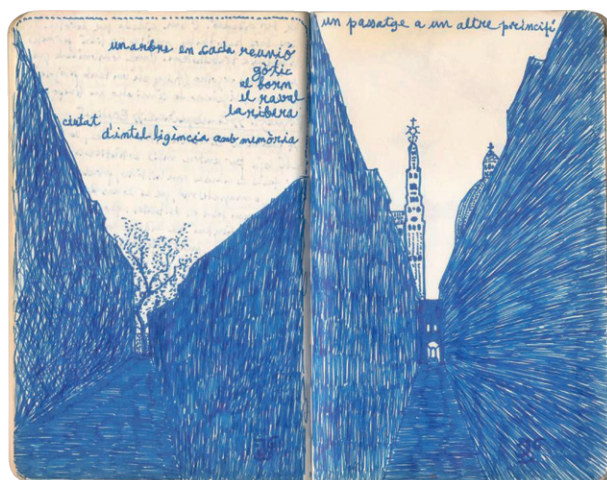
Ambicionamos publicá-la no próximo Verão, com uma singela mas regeneradora cerimónia na Praça Fernando Campos.

José Carlos Portugal

\* Tradução livre do autor: "O que podemos aprender com a pandemia acerca de desenho urbano? Nada". Em defesa do rigor, registo que o contexto da citação apela ao facto de que, em matéria da regeneração urbana, a pandemia apenas nos releva o que já deveríamos saber.



## terramaia #3



Reagir a crises significa, desde logo, ser capaz de enfrentar a ameaça com eficácia. Crescer a partir de crises significa conseguir manter a lucidez e serenidade para, debelada a ameaça, regenerar a partir das causas e não apenas dos efeitos da crise. Sentados num banco de jardim, com esta TM#03, poderemos trabalhar pensando nos caminhos assertivos para essa regeneração.